

# O impacto da batalha comercial EUA-China na política externa do Brasil

Disputa inclui posicionamento político-militar e tecnologia 5G; Bolsonaro aposta em aproximação com os americanos, enquanto chineses negociam com os governos estaduais

Mário Aquino Alves  
22 de outubro de 2019

ANDREA HANKS/CASA BRANCA



Trump e Xi Jinping não estão preocupados só com a balança de pagamentos; tecnologia 5G é fundamental para o posicionamento político-militar das duas potências.

Em 2018, o presidente dos EUA Donald Trump iniciou uma grande ofensiva econômica contra a China. Além da evidente necessidade de arranjar um novo acordo comercial com a segunda maior economia do planeta para satisfazer seus eleitores, sobretudo dos estados produtores agrícolas do Meio-Oeste americano, uma das questões de pano de fundo nessa guerra comercial é desenvolvimento da tecnologia de ponta, sobretudo a tecnologia 5G de transmissão de dados, que tem empresas chinesas como a Huawei como líderes mundiais. E por que a tecnologia 5G é importante? Porque a tecnologia 5G não apenas aumenta a velocidade de transmissão de dados (de 10 a 100 vezes mais rápida que a tecnologia 4G), como também possibilita a sua utilização em uma infinidade de aparelhos de menor porte, possibilitando aquilo que os especialistas chamam de “internet das coisas”. Assim, as possibilidades de uso que vão desde a telemedicina até carros inteligentes passa a se tornar real.

Porém, a questão da segurança se torna uma questão crucial, uma vez que não se pode ter garantias de como as companhias que vendem esta tecnologia vão usar as informações que serão coletadas. Recentemente, dentro dos diversos movimentos da guerra comercial China-EUA, o governo praticamente baniu a Huawei do espaço comercial americano, proibindo inclusive que empresas como Google, por exemplo, parassem de transferir tecnologia para a empresa chinesa. Além disso, o governo americano tem exercido pressões diplomáticas para que aliados também tratem as empresas de tecnologia chinesas com desconfiança ou levanten barreiras às suas operações, sobretudo no que tange à tecnologia 5G. Em um incidente que causou grande furor diplomático, a vice-presidente financeira da Huawei, Meng Whanzou, foi presa no Canadá, com pedido de extradição para os EUA, sob a alegação que a empresa violou o embargo econômico com o Irã. Em 2018, o governo australiano proibiu empresas do país de comercializarem produtos 5G de empresas chinesas; em abril deste ano, governo inglês entrou em crise – que só não teve maior repercussão por causa dos desenvolvimentos do Brexit - porque criou uma resolução ambígua no que tange a presença chinesa no desenvolvimento da tecnologia 5G.

Todos esses movimentos mostram que a guerra comercial entre China e EUA é muito mais complexa do que apenas uma questão comercial: trata-se de um alinhamento geopolítico extremamente complexo, que gira não apenas sobre questões de balança de pagamentos, mas também de posicionamento político-militar, uma vez que a tecnologia é a questão central aqui.

Assim, temos que entender como o Brasil se posiciona neste contexto. Durante muito tempo, quer seja no período militar, quer seja no período pós-democratização, a política externa brasileira se desenvolveu a partir de uma perspectiva mais independente e pragmática, desenvolvendo alinhamentos contingenciais com as diferentes potências. Nos últimos anos, a atuação da diplomacia brasileira em diversos fóruns internacionais tinha como foco a defesa dos interesses estratégicos brasileiros, a partir de sua liderança do Mercosul. Além disso, nos últimos anos, a diplomacia brasileira trabalhou fortemente para a consolidação do Acordo EU-Mercosul. No campo da balança comercial, desde 2009, o maior parceiro comercial do Brasil é a China. Além disso, esses dois países, mais Rússia, Índia e África do Sul – os chamados BRICS, passaram a desenvolver outras instâncias de cooperação, tal como o Novo Banco de Desenvolvimento (também conhecido como Banco dos BRICS).

Porém, desde a posse do novo governo Bolsonaro, há um realinhamento da diplomacia brasileira às posições norte-americanas de uma maneira, senão inédita, pelo menos bastante peculiar. O governo brasileiro vem sistematicamente adotando posturas pró-americanas, desde o gesto simbólico de anunciar a intenção de mudar a embaixada brasileira em Israel para Jerusalém, como a decisão de revogação da exigência de visto para visitas de turistas e executivos de negócios norte-americanos sem qualquer contrapartida.

O governo trabalha com sinais muito ambíguos sobre a presença chinesa na implementação da tecnologia 5G. Em março, Donald Trump fez injunções junto a Bolsonaro para vetar a presença chinesa no desenvolvimento dessa tecnologia no Brasil. Em junho, em viagem à China, o vice-presidente Hamilton Mourão afirmou que o Brasil não vetaria a Huawei como um dos fornecedores de tecnologia 5G. Recentemente, Steve Bannon, ideólogo de extrema-direita americano e muito próximo do deputado Eduardo Bolsonaro, enviou a interlocutores no governo brasileiro um filme onde acusa os chineses de tramarem usar a tecnologia 5G para controlarem a internet.

Essa ambiguidade em relação à essa tecnologia tem impacto direto sobre os estados brasileiros. Quase metade dos Estados brasileiros têm na China o seu maior parceiro comercial. Não por acaso, governo estaduais brasileiros têm feito vários acordos de cooperação com a China, sobretudo em áreas como tecnologia digital e segurança. Em termos gerais, estes acordos vão desde a instalação de fábrica da Huawei em São Paulo, como no desenvolvimento de projetos de implementação fibra ótica e tecnologia de monitoramento de segurança pelos estados do Nordeste brasileiro.

Assim, este alinhamento automático da política externa brasileira aos interesses americanos, independentemente se acertado ou não, vai de encontro aos interesses dos governadores de Estado, não apenas no que diz respeito à questão dos investimentos, sobretudo em um momento de recessão econômica, mas também no que tange ao desenvolvimento de infraestrutura tecnológica e seus desafios para várias áreas, sobretudo a segurança pública.

**Mário Aquino Alves**

Doutor em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas e professor do Departamento de Gestão Pública da FGV/EAESP

<https://backup.forumseguranca.org.br/seguranca-no-mundo1/template-1-seguranca-no-mundo-nqgfm-9irvt-xeuq5-bg93o>

